

Projeto de lei nº 112, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense. Parecer nº 489, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto com substitutivo.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 19 minutos.

* * *

9 DE JUNHO DE 2015

24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em votação o substitutivo ao PL 112/13.

2 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PTB. 3 - BARRROS MUNHOZ

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PSDB.

4 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Solicita à plateia comportamento regimental.

5 - DAVI ZAIA

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PPS.

6 - ABELARDO CAMARINHA

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome da Liderança do Governo.

7 - RAUL MARCELO

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PSOL.

8 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

9 - TEONILIO BARBA

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PT.

10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 112/13.

11 - GERALDO CRUZ

Requer verificação de votação.

12 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

13 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.

14 - ANDRÉ DO PRADO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PR.

15 - GERALDO CRUZ

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

16 - RAUL MARCELO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.

17 - MARCOS NEVES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.

18 - LECI BRANDÃO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PCdoB.

19 - ESTEVAM GALVÃO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

20 - MÁRCIO CAMARGO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.

21 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

22 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações.

23 - GERALDO CRUZ

Informa que a bancada do PT encaminha declaração de voto à publicação, sobre o projeto ora deliberado.

24 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anota a manifestação. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do substitutivo ao PL 122/13. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Copez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 112, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense. Parecer nº 489, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto com substitutivo.

Em votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pelo PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, meu caro amigo, nobre deputado Carlos Neder, V. Exa. sabe, é um sábio. Soube decifrar o que eu pensava caminhando de lá para cá.

Vossa Excelência interpretou com correção a minha presença nesta noite nesta tribuna. Mas eu conversava com o nobre deputado Coronel Camilo, um dos melhores comandantes que a Polícia Militar já teve em sua história, um homem correto, simples, humilde, honrado, decente e de caráter.

Sempre digo que o caráter de um homem é seu destino. Vossa Excelência é um homem de caráter, e eu o saúdo, principalmente por V. Exa. nunca ter mudado de comportamento. Militar, vereador, deputado, é o mesmo Coronel Camilo de sempre. O poder não alterou o seu comportamento.

O poder não lhe fez se achar acima das nuvens. E eu o cumprimento e o saúdo nesta noite, Coronel Camilo.

Mas eu dizia, deputado Vaz de Lima, meu amigo, meu irmão, deputado Estevam Galvão, que a questão - e conversava há

pouco com o deputado Teonilio Barba a esse respeito - é questão de oportunidade e questão de possibilidade. Temos que analisar duas palavras dentro de um contexto: oportunidade, que é uma palavra-chave, e possibilidade, que é outra palavra-chave.

Se nós temos a oportunidade de encontrar possibilidade, o que fazemos nós, meu grande prefeito de Ribeirão Preto? Ficamos ouvindo pronunciamentos vazios, palavras jogadas ao vento, ou vamos acreditar na possibilidade de que nós possamos, aprovado esse projeto, imaginar que, na pior das hipóteses, tenhamos um ou dois projetos aprovados?

Essa é a minha expectativa. Deputado Barros Munhoz, é nisso que eu acredito.

Se eu ficar contra esse projeto - eu gostaria de ficar - eu estaria atirando fora a única possibilidade que existe, deputado Teonilio Barba. Ou tem alternativa? Essa palavra foi tão usada nesta noite, deputado Barros Munhoz, que eu quero que alguém me diga "vamos ter este caminho", deputado Roque Barbieri, meu irmão. Esta possibilidade, só existe uma e nela nós devemos acreditar, ainda que a possibilidade seja remota e pequena.

Deputada Leci Brandão, V. Exa. sabe a estima que eu lhe devoto. Uma guerreira, uma lutadora, uma mulher determinada que já lutou contra moinhos de vento para fazer valer os seus sonhos, os seus projetos, V. Exa. vai entender a minha colocação. Vejo que às 21 horas e 40 minutos os funcionários judiciários ainda se encontram aqui, desde a tarde, esperanças, cantando, falando, dialogando, aplaudindo uns, vaiando outros, aplaudindo as promessas que não têm nenhum sentido e vaiando aquelas pessoas que procuram encontrar verdadeiros caminhos. Daqui a pouco a sessão se encerra - e eu volto a dizer - e as pessoas voltam para as suas casas. E o que é que vão dizer para as suas famílias? O que é que vão dizer, deputado Roberto Massaferra?

Podemos atribuir ao deputado Fernando Copez, presidente desta Casa, qualquer coisa, menos que ele não esteja interessado em votar os projetos do Judiciário. Isso seria uma heresia, uma agressão ao bom senso, uma afronta à verdade dizer que o deputado Fernando Copez não quer votar esse projeto. Ele quer sim. E hoje, conversando com o presidente na sua sala, ele me disse textualmente: "eu queria aguardar a presença do Dr. Nalini". Ele me disse: "deputado Campos Machado, temos poucas chances, mas temos algumas. Votamos ou não nessa perspectiva?". Como é que eu vou dizer não? Como é que amanhã, encontrando os guerreiros oficiais de Justiça, aqueles que acreditam, aqueles que não se deixam levar por falsas promessas, dizer que nós tínhamos uma chance e não a aproveitamos?

Deputado Barros Munhoz, V. Exa. conhece profundamente esse projeto. Vossa Excelência foi líder do Governo, conhece o projeto, dialogou com o Judiciário e sabe que estamos no momento crítico da votação desses projetos. E agora? Acreditamos que existe uma única chance ou simplesmente votamos contra para atender ao discurso fácil da oposição? Essa questão está sendo colocada aqui nesta noite. Àqueles deputados que acreditam que há uma única possibilidade, digo: votem "sim". Àqueles que acham que, votando "não", encontram mais discursos para fazer, digo: consultem suas consciências. É isso que estamos fazendo esta noite aqui.

Esta Assembleia tem responsabilidades históricas, e não estamos sendo condizentes com nossa história. Estamos nos deixando levar por questões pequenas: é o nada caminhando em direção ao nunca. Deputados Fernando Copez e Cauê Macris, V. Exas. sabem da minha presença nesta tribuna para falar da necessidade que nós temos da crença em que há a possibilidade de encontramos uma solução para os projetos nºs 06, 49 e 56. Sair daí é caminhar por um caminho sinuoso, que não leva a lugar nenhum. É por isso que quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo, Sr. Presidente Fernando Copez - mesmo que V. Exa. esteja ao telefone - por sua autenticidade e lealdade aos seus princípios. Vossa Excelência não está fazendo demagogia, mas se esforçando para votar esses projetos, e até sofrendo dissabores, se arriscando a ter pela frente obstáculos intransponíveis em sua marcha política. Está em conformidade com sua consciência e com o compromisso firmado com os funcionários do Judiciário.

É fácil aplaudir os discursos demagógicos. É fácil acreditar nos sonhos das novelas globais das oitenta. Eu quero ver é a realidade, quero ver trazerem o céu para a terra. (Manifestação nas galerias.) Essa contagem me satisfaz, me inebria, me faz acreditar mais naquilo que falo e acredito. Parabéns, funcionários do Judiciário: continuam acreditando em discursos demagógicos. O futuro vai dizer com quem está a verdade. Deus queira que votemos em breve esses projetos, para satisfazer a história, a dedicação e o amor que os senhores têm pelo Judiciário.

O SR. BARRROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PSDB, tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores funcionários, senhoras e senhores que nos honram com suas presenças, telespectadores da TV Aleps. É impressionante como os problemas se arrastam no Brasil, mesmo aqueles que criam grandes dificuldades, terríveis situações, e que podem ser facilmente resolvidas. Aqui se perguntou qual a solução para evitar esses constantes conflitos entre o Judiciário e o Executivo, ficando no meio o Legislativo. Na briga entre o mar e a rocha, o Judiciário e o Executivo, quem paga é o marisco, o o Legislativo.

Como poderia ser resolvido isso com facilidade? Simples. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que não se pode gastar mais do que 6% com o Judiciário, não é isso, deputado Raul Marcelo? Não é isso que diz a lei? Pois bem. Bastava dizer que também não pode gastar "x" a menos da receita com o Judiciário. Vossa Excelência deu um belo exemplo. O orçamento de São Paulo subiu 94%, e o orçamento do Judiciário, 54. Bastava dizer que a despesa com o Judiciário deve ser "x" por cento, no mínimo, da receita total do estado. Todos os conflitos estariam resolvidos.

O que acontece? Não há esse dispositivo, então fica essa briga permanente. O Judiciário nem sempre indica as fontes, as receitas de onde vai tirar as despesas dos aumentos que propõe. E aí sobra para o Executivo, se for aprovado assim o projeto pelo Legislativo.

Explico por quê. Art. 25 da Constituição do Estado de São Paulo: "Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos".

Acontece que se criou uma forma de burlar esse dispositivo, de acomodar a situação, de fazer aquilo que é o pior câncer que existe no Brasil: o faz de conta. Então, vem aqui o PLC 06, justíssimo, pena que não tenha sido priorizado pelo presidente do Tribunal, que priorizou o dos conciliadores. Pena, porque o custo do 06, inclusive, é bem menor do que o dos conciliadores. Lamento, de verdade.

Diz o art. 3º desse projeto: "As despesas resultantes da aplicação dessa lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do programa vigente, suplementadas, se necessário". Essa é a expressão mais corrente em todo o projeto de lei, quando não se tem recurso para pagar as despesas que dele advirão.

Tenho aqui o 56: "As despesas decorrentes da aplicação desta lei..." O texto é padrão, repete-se em todos os projetos que

vêm para a Casa. Tenho aqui o 49, que diz a mesma coisa: "As despesas resultantes da aplicação desta lei..." É a mesma coisa.

Portanto, é necessário haver mais recurso. Mas criar um dispositivo, como eu morreria feliz, porque eu quase morri, e o meu irmão, deputado Campos Machado, foi testemunha disso, para conseguir aprovar o plano de carreira dos servidores do Judiciário. Quase me peguei a tapa com o secretário da Fazenda do Estado, Mauro Ricardo. Várias testemunhas presenciaram isso. Quanto nós temos brigado para resolver essa situação. Eu tenho aqui a lei que permitiu o Dr. Ivan Sartori regularizar os atrasos, pagar as gratificações atrasadas do Judiciário e ter sido considerado o grande presidente que foi para os funcionários. Está aqui essa lei.

Mas, minha gente, eu tenho mais do que isso. É muito fácil vir aqui. Eu estou falando com argumentos sérios. Eu estou mostrando caminhos sérios para resolver uma situação injusta, que nós reconhecemos que é injusta.

Mas, o que não se pode fazer é o que fez o presidente do Tribunal de Justiça, Luiz Tâmara, respeitável desembargador, em 12 de julho de 2004: mandou um projeto para a Assembleia. Está aqui. O número do projeto é 479, de 2004. Nós estamos em 2015. São 11 anos.

Esse projeto, "Fica concedido o reajuste salarial aos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário do estado de São Paulo na base de 26,39 por cento", está aqui. Nunca foi votado e não será jamais votado. Não está na Ordem do Dia, não está em lugar nenhum. Eu demorei uma hora e meia para achar onde estava esse projeto.

Minha gente, o fato é um só. Eu pergunto, meu caro presidente: quando veio para cá o Projeto de lei nº 56, vocês todos sabem disso, houve uma grande discussão, a Assembleia foi questionada: "Como nós vamos fugir à nossa responsabilidade de votar?"

E aí, foi feito um requerimento indagando o presidente do Tribunal, Dr. Ivan Sartori, e pedindo que o presidente eleito, Dr. Renato Nalini, se manifestasse também. Há recursos para pagar o Projeto de lei Complementar nº 56?

E veio a resposta. Todo o mundo aqui sabe qual é a resposta: não. Não há recurso. Não é o Executivo e não é o Legislativo. Precisa ter coragem para falar o que eu vou falar, e eu a tenho. Prestem muita atenção ao que eu vou falar: às vezes, também, precisa-se mostrar quanto ganha um juiz, quanto ganha um desembargador, quanto eles ganham de gratificação no fim do ano.

Tem muita gente que sabe, mas não tem coragem de falar. Porque são dois os problemas do Judiciário, não é um só: um, é que tem pouco recurso; o outro, é que eles não são destinados da melhor maneira, como muita gente séria e como vocês, principalmente, acreditam neste estado de São Paulo.

Então, minha gente, eu só queria dizer o seguinte: perguntaram-me do caminho. Esse é um caminho. Se esse projeto for aprovado hoje, a partir de amanhã, ou quando foi sancionada a lei, o presidente do Tribunal pode pedir a aprovação desses projetos com base na receita que hoje nós estamos criando. Não precisa suplementar nada. Deus para entender?

Então, eu tenho consciência de que sempre respeitei os servidores como prefeito, como secretário, como ministro, como deputado e, inclusive, como presidente desta Casa, duas vezes. E os servidores da Assembleia estão aqui para testemunhar.

Por isso, Sr. Presidente, o senhor está no caminho certo, embora pareça errado. Tenho certeza absoluta de que então não haverá desculpa para não votar o projeto nº 6, para não votar o projeto nº 49 e para não votar o Projeto nº 56.

Se falarem que não há receita, haverá, agora, receita.

Deus abençoe a todos. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Os senhores podem se manifestar. Apenas digo uma coisa: o comportamento não está ajudando em nada a bandeira dos senhores. Pelo contrário, está atrapalhando e os senhores estão embarcando na barca errada. Acreditem no que estou lhes dizendo. (Manifestação nas galerias.) Ah, é isso mesmo! Continuem vaiando. É isso mesmo.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PPS, tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nós estamos aqui, nesta noite, discutindo o Projeto nº 112. É um projeto importante. Nestas últimas semanas, temos discutido e acompanhado a discussão de um conjunto de projetos do Judiciário.

Tenho sido testemunha do esforço de V. Exa. no Colégio de Líderes, para, junto com todos os líderes partidários, encontrar uma alternativa que permita que esta Casa vote os projetos com responsabilidade. Acima de tudo, buscamos, efetivamente, uma alternativa que produza os efeitos desejados pelas pessoas que têm acompanhado a votação desses projetos.

Agora, tivemos a oportunidade de ouvir o deputado Barros Munhoz, que, com a sua experiência de ter sido presidente da Casa e líder do Governo, de já ter ocupado cargos no Executivo, pôde colocar, de maneira muito clara, a importância deste debate e o processo dentro do qual ele acontece.

Somos, aqui, testemunhas de que o esforço desta Casa é uma busca permanente de atender os anseios dos diversos segmentos da sociedade, principalmente dos servidores. Eles vêm a esta Casa, por ser ela uma Casa democrática, por ser a Casa onde há, de maneira mais completa, dentro do processo democrático, a pluralidade de ideias, porque aqui estão os partidos que são a base de apoio do Governo, mas também estão os partidos que são de oposição. Temos, aqui, as várias visões do processo e a sociedade vê todas essas questões que temos levantado. É, portanto, a esta Casa que os servidores vêm quando têm as suas demandas, quando têm as suas reivindicações e quando, muitas vezes, não encontram possibilidade de ter uma negociação efetiva no Executivo e, também, no próprio Judiciário.

Embora o projeto esteja aqui, é preciso dizer que no Judiciário os servidores não têm, muitas vezes, acesso a um processo de negociação, para poder discutir com os desembargadores e com o presidente do Tribunal quais são as prioridades na aplicação do orçamento que o Tribunal tem, que é votado. Isso, muitas vezes, gera essa situação e os projetos vêm para cá, como mostrou o deputado Barros Munhoz, encaminhados pelo presidente do Tribunal, com aquela famosa frase no final: "Será aprovado o projeto. Ele será pago, complementado com os recursos do Orçamento e, havendo necessidade, com a suplementação." Isso, na verdade, joga uma nova discussão.

Os deputados têm, aqui, a responsabilidade de encontrar alternativas dentro de um Orçamento que não tem folga. O Orçamento, quando é feito, já tem contemplado o conjunto da sua receita e da sua despesa. Na maioria das vezes, inclusive, a despesa tem que ser realizada.

A receita é uma expectativa. Ela pode acontecer ou não acontecer. Em anos anteriores, com o País crescendo e a economia pujante, aumentando a arrecadação, tudo era muito mais fácil, porque nós tínhamos, todos os anos, algum excesso de arrecadação. Então, era possível que o próprio Executivo ajustasse as suas despesas dentro desse excesso de arrecadação. O próprio Judiciário era contemplado, muitas vezes, com a suplementação porque existia uma arrecadação em excesso. Neste ano, temos uma situação até aqui que é inversa, em que a

receita prevista não vem acontecendo e não vem se realizando na forma como se imaginava.

Portanto, o processo de discussão de novas despesas é muito mais difícil. Aqui, temos visto a manifestação das pessoas apoiando, o que defendemos. É muito natural que as pessoas manifestem as suas posições, mas nós, que estamos aqui para votar, temos a responsabilidade de votar com consciência e não fazer um mero jogo para dizer "aprovamos" e depois isso não acontecer na prática.

É isso que esta Casa tem feito e é isso que V. Exa., Sr. Presidente, tem feito no Colégio de Líderes, um esforço permanente com o líder do Governo, deputado Cauê Macris, e com os demais líderes, buscando uma alternativa para que votemos todos os projetos que estão nesta Casa.

Essa discussão toda é um aprendizado para todos os que acompanham os debates. Muitas vezes, é mais fácil separar quem está contra o projeto e quem está a favor do projeto. Na verdade, nestes últimos meses, o que há na Assembleia é um esforço enorme para encontrar alternativas para atender os que estão aqui, lutando pelo Projeto 06, pelo Projeto 56, pelo Projeto 49 e por outros projetos que também estão nesta Casa.

Com certeza, ainda ao longo deste ano, teremos a demanda de muitos outros segmentos dos servidores. Há uma greve dos professores, que, embora não esteja neste momento muito forte, mostra a insatisfação de um setor dos trabalhadores que tem buscado um reajuste. Então, a responsabilidade de todos nós, deputados, tem sido muito importante. Quero registrar que o esforço que todos temos feito é buscar uma alternativa para isso, mas, como disse o deputado Barros Munhoz, temos que votar com responsabilidade.

O projeto colocado aqui hoje tinha muitas dúvidas também entre nós. O projeto que estamos votando não tem unanimidade; vamos ter votos a favor e contra, até porque é um projeto que muda e aumenta custos. Não é um aumento de custas para toda a população, mas especificamente na questão dos recursos. Sabemos que, no Judiciário, a possibilidade de recursos é múltipla. Às vezes, os recursos são necessários num processo e, às vezes, há processos e há recursos que são utilizados para protelar uma decisão que todos já sabem qual seria. No entanto, as partes usam o recurso dessa forma.

Discutimos muito antes de votar esse projeto. Aumento de custas é sempre uma coisa que temos que tratar com muito cuidado, principalmente num momento em que a economia, repito, não está crescendo.

Pesando todas essas questões, chegamos à conclusão de que poderíamos votar esse projeto, aprovar o aumento de custas, ter uma arrecadação maior, ter mais recursos para o Tribunal e, com isso, aprovar os demais projetos que estão na pauta e melhorar a prestação de serviços para a população de São Paulo. Essa também é outra questão importante. Ao votar qualquer projeto, não temos que olhar apenas se estamos atendendo essa ou aquela reivindicação. Temos que olhar permanentemente para o que cada projeto propõe para melhorar o atendimento da população, a prestação de serviço da população, porque esse é um objetivo fundamental de todos nós.

Sr. Presidente, fiz questão de utilizar a tribuna para registrar essa questão: primeiro a consciência, a responsabilidade de todos os deputados que querem votar o projeto, mas querem votar com responsabilidade. E V. Exa. que aqui tem sido muito cobrado, mas que tem feito um esforço enorme para que possamos votá-lo, talvez aqui hoje, com a votação desse Projeto de lei nº 112, estejam encontrando caminhos para votar os projetos que têm sido tão permanentemente defendidos aqui por todos os senhores e senhoras que estão aqui nas galerias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela vice-liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha, para encaminhar pela vice-liderança do Governo.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários, visitantes, telespectadores da TV Assembleia, leitores do Diário Oficial, viemos abordar um ponto que poucos oradores que aqui estiveram mencionaram. Digo isso aos deputados do PT, do PSOL, do PSDB, do PRB e do meu partido, PSB. Precisamos ver hoje o preço da Justiça para a população pobre, quanto custa a Justiça para aqueles que precisam ir até o fórum, à OAB, à Defensoria Pública. Concordamos com uma grande parte desse projeto. Estamos aqui para votar, abrir caminho para que outros projetos sejam votados, mas não podemos concordar com um aumento de 100 por cento. O Enem cobrava 30 reais de taxa de inscrição; passou para 63, mais de 100% de aumento. Agora a taxa recursal de que trata o projeto terá um aumento de 100 por cento. Disse bem aqui o ex-presidente da Casa, o ex-líder, que a ilibada idoneidade do Tribunal de Justiça tem um tanto de dinheiro, mas muito mal administrado, mal distribuído. Hoje temos nas galerias um mundo de funcionários reivindicando, implorando para que seu projeto seja votado, e no fim do ano alguns salários que deixam a população paulista estarrecida para alguns cardeais do Tribunal. A Casa, disse bem o deputado Barros Munhoz, fica entre o rochedo e o mar. Se ficamos do lado do rochedo, vamos apanhar; se ficamos do lado do mar, vamos apanhar. Vamos cumprir nossa obrigação para dar condições de o Tribunal agilizar e abrir novos horizontes para novos projetos.

Quero lembrar aqui, deputado Barros Munhoz, que o Brasil tem hoje 90 milhões de processos. Quarenta e cinco milhões estão aqui no Tribunal de Justiça. Quarenta e cinco milhões estão no estado de São Paulo, e faço a pergunta: onde estão as varas federais do estado de São Paulo? Onde está o Superior Tribunal de Justiça, que tem 33 ministros? Os Estados Unidos têm 330 ministros no STJ. Aqui temos 33. Então precisamos ter mais três STJ, temos que aumentar as varas federais para diminuir a fila que existe no Tribunal de Justiça. Dizem, "ah, mas o sujeito não quer mais ser juiz". Como ser juiz? Ele tem uma pilha de processos, um salário menor do que se ele advogasse e fica aí, o povo na fila, quatro anos na primeira instância, três, quatro anos na segunda instância e cinco, seis anos na terceira instância.

A Casa, hoje, está mais uma vez colaborando, sacrificando-se, votando até contra a sua vontade para agilizar o Poder Judiciário, para fazer com que os processos andem, para que o número de processos por vara no estado de São Paulo diminua. Que se faça concurso público para juiz.

Existem 200 municípios sem promotores. O que acontece? Os cartórios de notas, os cartórios de protesto e os cartórios de Justiça estão nadando em dinheiro. Hoje os juizes federais deixam de ser juizes para prestar concurso em cartório. É muito pouco o que paga um reconhecimento de firma para o TJ e muito grande o que paga para o dono do cartório. E digo isso por família dona de cartório. O cartório vai indo muito bem, o Tribunal de Justiça e o Estado vão indo muito mal.

Então, tem que se tributar mais. Hoje, para pagar um protesto de mil reais, você deixa 180, 200 para o dono do cartório, 1,8 para o Estado e 1,2 para a Justiça. Desse jeito não vamos ter uma Justiça rápida e ágil. Justiça tarda é Justiça falha. Vamos votar para, mais uma vez, facilitar a vida do judiciário.

Espero, líder do PSOL, que esses que estão aqui sejam contemplados com esse recurso que vai entrar, porque não vai ser pouco. Os recursos são enormes, o aumento foi de 100%. Só